

FÊ E POLÍTICA

Música gospel é parte da cultura brasileira

Em cerimônia no Planalto, Lula acena para evangéuticos, com o reconhecimento, a valorização e a promoção da canção religiosa como manifestação cultural

» FERNANDA STRICKLAND

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou, ontem, um decreto que reconhece a música gospel como manifestação cultural brasileira. A iniciativa é interpretada como um gesto de aproximação do governo federal com o público evangélico, segmento que tem peso crescente no cenário político e social do país.

A cerimônia no Palácio do Planalto reuniu autoridades e parlamentares ligados à bancada evangélica, além de artistas do gênero musical. Entre os presentes estavam o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), a senadora Eliziane Gama (PSB-MA), os deputados Otoni de Paula (MDB-RJ) e Benedita da Silva (PT-RJ).

Durante o evento, Lula destacou que o decreto nasceu de uma demanda apresentada pela senadora Eliziane Gama. Segundo o presidente, a proposta foi levada pessoalmente ao seu gabinete e prontamente acolhida pelo governo. Para ele, o reconhecimento tem caráter simbólico e busca valorizar a contribuição cultural da música gospel para a sociedade brasileira.

O presidente afirmou que a decisão representa um ato de justiça para com o segmento evangélico e com um gênero musical que, segundo ele, faz parte da identidade cultural de milhões de brasileiros. Lula ressaltou que o decreto não cria privilégios, mas reconhece oficialmente uma expressão artística já consolidada no país.

Fim do ódio

Em seu discurso, Lula afirmou que a política brasileira atravessa um “período de ódio” e disse desejar um país menos condicionado pela lógica dos algoritmos das redes sociais. O presidente relacionou o reconhecimento da música

Ricardo Stuckert / PR



A cerimônia de assinatura do decreto contou com a presença de pastores e parlamentares evangélicos

gospel à necessidade de reconstruir pontes de diálogo e convivência. Para ele, a valorização dessa expressão cultural pode contribuir para um ambiente público mais respeitoso e humano. Ele ressaltou que o Brasil precisa recuperar o sentido de fraternidade e não se deixar dominar por sistemas que priorizam conflitos e desinformação.

Em tom pessoal, o chefe do Executivo afirmou que, aos 80 anos, pretende travar uma batalha em defesa do humanismo. Segundo ele, a sociedade não pode abrir mão de valores essenciais nem aceitar passivamente a influência de algoritmos que moldam comportamentos e opiniões. “Não temos

o direito de sermos dominados por eles”, declarou.

Lula também destacou sua trajetória pessoal e política, dizendo ter motivos diários para agradecer a Deus. Afirmou que muitos acontecimentos de sua vida não estavam previstos e classificou a data como especialmente significativa. No campo político, disse que o país vive um momento decisivo e criticou o que chamou de disseminação cotidiana de mentiras e acusações sem compromisso com a verdade, algo que, segundo ele, não havia presenciado com tamanha intensidade em eleições anteriores.

O decreto assinado estabelece que a cultura gospel passa a ser compreendida como um conjunto

de expressões artísticas, culturais e sociais ligadas à manifestação da fé no Brasil. O texto prevê a valorização, a promoção e a proteção dessas expressões no âmbito das políticas públicas de cultura.

O anúncio da medida havia sido antecipado por Lula durante a última reunião ministerial de 2025, realizada no dia 17 de dezembro. Na ocasião, o presidente dirigiu-se diretamente ao advogado-geral da União, Jorge Messias, que é evangélico e foi indicado para uma vaga no Supremo Tribunal Federal (STF). Em tom descontraído, Lula mencionou que a oficialização do decreto permitiria, simbolicamente, a presença da música gospel também nos espaços institucionais do poder.

União Brasil de volta ao Turismo

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Gustavo Feliciano fez até o “L” na cerimônia de posse como ministro

mencionando o apoio da bancada do União Brasil. Também fez um agradecimento especial ao presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta, apontando a nomeação de um paraibano para o ministério como reflexo da força política do estado no cenário nacional.

No encerramento, o novo ministro trouxe um tom pessoal ao agradecer à família e relembrar ensinamentos do pai, Damião Feliciano, a quem atribuiu a formação política baseada na proximidade com as pessoas. Afirmou que pretende levar esse princípio à gestão pública, reforçando que o turismo deve ser um instrumento de alegria, integração e desenvolvimento para o país.

Ao concluir, Gustavo Feliciano sinalizou que sua gestão buscará fortalecer o setor como política de Estado, ampliando o acesso aos destinos brasileiros e projetando o Brasil como país acolhedor tanto para os turistas nacionais quanto internacionais.

Balanco

O ex-ministro Celso Sabino aproveitou para fazer um balanço da gestão. Diante de Lula e de autoridades, como o vice-presidente Geraldo Alckmin e a ministra das relações institucionais, Gleisi Hoffmann, Celso Sabino afirmou que deixa a pasta com sentimento de “gratidão” e com a convicção de que o turismo voltou a ocupar um papel estratégico no projeto de desenvolvimento nacional.

O ex-ministro fez questão de agradecer ao presidente pela confiança e relembrou os avanços sociais e econômicos registrados nos últimos anos. Celso Sabino citou a queda da taxa de desocupação para 5,4%, a redução da extrema pobreza para 3,5% e o retorno do Brasil ao grupo de países fora do mapa da fome. Segundo ele, mais de 40 milhões de brasileiros voltaram a ter acesso regular à alimentação básica, resultado de políticas públicas voltadas à redução da desigualdade social.

Ao abordar a situação encontrada no Ministério do Turismo no início de sua gestão, Celso Sabino afirmou que a pasta herdou um cenário de obras inacabadas, ausência de planejamento e escassez de programas estruturantes. Ele lembrou que o ministério havia passado por uma fusão que, na prática, não conseguiu atender plenamente nem a cultura nem o turismo.

A partir de 2023, segundo o ex-ministro, a orientação do presidente foi clara: concluir obras independentemente de quem as tivesse iniciado e garantir tratamento institucional igual a governadores e prefeitos, sem distinção partidária.

Um dos principais marcos de sua gestão, segundo Celso Sabino, foi a elaboração e aprovação do Plano Nacional de Desenvolvimento do Turismo, com horizonte de quatro anos e metas avaliadas semestralmente. Ele ressaltou que o plano foi construído em diálogo com o setor produtivo e com ampla participação da sociedade civil, especialmente após a recriação e ampliação do Conselho Nacional do Turismo.

Ao final do discurso, o ex-ministro citou a participação do ministério na COP 30, em Belém, como um marco de sua gestão. Segundo ele, o evento superou críticas iniciais e se consolidou como uma das COPs mais participativas da história, com resultados concretos, como a criação do Fundo Florestas Tropicais para Sempre e o avanço de iniciativas globais para a descarbonização da economia.

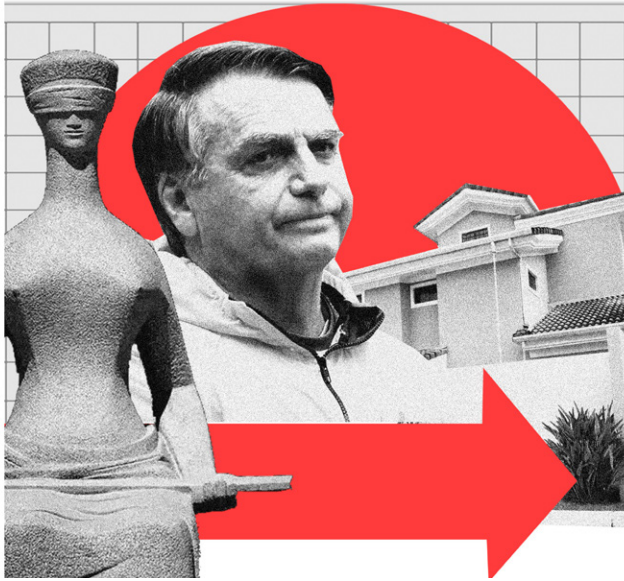
Celso Sabino também mencionou a organização do encontro do G20 no Brasil como um dos mais bem-sucedidos já realizados. Concluiu afirmando que o período sob a liderança de Lula ficou marcado como o momento em que o turismo brasileiro “virou a chave”. (FS)

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



Balanco do ajuste de contas com a tentativa de golpe de 8 de janeiro

Para usar uma expressão do general Golbery do Couto e Silva, estrategista do regime militar, talvez uma “diástole” em relação ao presidente Jair Bolsonaro e os generais condenados pelo 8 de Janeiro tenha começado mais cedo do que se imaginava, na velha tradição republicana de perdoar os revoltosos. A origem dessa tradição é a Guerra dos Farrapos, um movimento republicano e separatista que sacudiu o Rio Grande do Sul e Santa Catarina de 1835 a 1845, cujos generais foram anistiados e incorporados ao Exército Brasileiro com suas patentes originais, pelo Tratado de Poncho Verde e, depois, canonizados pela República.

Bento Gonçalves renunciou à Presidência da República Rio-Grandense em 1844 após um duelo contra Onofre Pires. Após o acordo, manteve a patente, retirou-se para sua estância em Camaquã e faleceu em 1847, dois anos após o fim da guerra, vítima de pleurisia. David Canabarro foi o principal negociador do acordo e, anos depois, liderou tropas brasileiras na Guerra do Paraguai (1864-1870), vindo a falecer em 1867.

Bento Manoel Ribeiro, que trocou de lado várias vezes, manteve grande influência política e militar na província até sua morte, em 1855. Antônio de Sousa Neto, proclamador da República Rio-Grandense, mudou-se para o Uruguai e, depois, retornou ao Brasil para lutar na Guerra do Paraguai, onde foi ferido em combate e faleceu em Corrientes, na Argentina, em 1866. Giuseppe Garibaldi deixou a revolução em 1841, foi para o Uruguai com Anita Garibaldi, para retornar à Itália e liderar sua unificação.

A tentativa de golpe de 8 de janeiro de 2023 confrontou essa tradição, com a centralidade do Poder Judiciário como protagonista institucional da resposta à tentativa de golpe. Ao contrário de 1937 ou de 1964, não foi o sistema político que arbitrou o desfecho, mas o Supremo Tribunal Federal (STF), que assumiu integralmente a investigação, o julgamento e a dosimetria das penas. O balanço apresentado pela Primeira Turma ao fim de 2025 é histórico e sem precedentes na democracia brasileira, ainda que o Congresso tente recuperar parte desse protagonismo com a redução da dosimetria das penas.

Desde janeiro de 2023, foram autuadas 1.734 ações penais relacionadas aos atos antidemocráticos. Desse total, 619 envolveram crimes mais graves — organização criminosa, tentativa de golpe de Estado e atentado contra o Estado Democrático de Direito — enquanto 1.115 trataram de delitos de menor gravidade, como incitação e associação criminosa. Até o encerramento do ano judiciário, a Primeira Turma condenou 810 pessoas, sendo 395 por crimes graves e 415 por crimes menos severos, além de 14 absolvições.

Punições severas

Foram homologados 564 acordos de não persecução penal, cerca de 45% das ações, que envolveram autores de menor potencial ofensivo, com medidas alternativas, como prestação de serviços comunitários e cursos sobre democracia, além do ressarcimento de mais de R\$ 3 milhões aos cofres públicos. Do restante, 31% das condenações resultaram em penas leves, de até dois anos e meio, e apenas 24% corresponderam a condenações mais severas. Dentro desse grupo, cerca de 5% receberam penas superiores a 12 anos, reservadas às condutas de maior gravidade.

Esses números desmontam a narrativa de punição indiscriminada. Houve individualização da pena e concentração do peso do sistema penal nos núcleos dirigentes, financiadores e articuladores da ruptura institucional, ao mesmo tempo em que se descomprime o sistema em relação à massa mobilizada politicamente. É nesse contexto que se insere as medidas de flexibilização de penas decorrentes da análise sobre saúde, comorbidades e prisão domiciliar humanitária.

Dos 38 condenados que pediram o benefício, 21 obtiveram concessão e 17 tiveram o pedido negado. Entre os beneficiados, 15 são idosos, todos com alegações de doenças graves ou incapacitantes. O caso do general Augusto Heleno, de 78 anos, condenado a longa pena e portador de Alzheimer, simboliza essa inflexão, de caráter humanitário. Já o ex-presidente Jair Bolsonaro, embora alegue problemas de saúde, permanece reconhecidamente fora desse padrão jurisprudencial.

A negativa reiterada de prisão domiciliar, mesmo diante da autorização para cirurgia eletiva, indica que o STF fixou uma linha clara: apenas quadros graves, permanentes e incompatíveis com o regime fechado justificam a exceção. Antes das eleições de 2026, qualquer flexibilização mais ampla do regime fechado de Bolsonaro dependerá de um agravamento médico efetivo e comprovado, sob pena de a Corte ser acusada de interferência direta no processo político. Depois da eleição, será outra história.

A “diástole” não é anistia nem absolvição disfarçada. É controlada e seletiva. O encerramento formal dos processos no STF, agora, desloca o conflito para uma nova instância: o Superior Tribunal Militar, que deverá julgar a perda de patente e graduação dos militares condenados. Caso o STM confirme a cassação das patentes, o Brasil consolidará um precedente inédito: a responsabilização plena de oficiais-generais por crimes contra a ordem democrática, com sanção penal e sanção corporativa. Se, ao contrário, prevalecer uma leitura corporativa mitigadora, a “diástole” poderá se converter em recomposição simbólica do estamento militar, relativizando o alcance do ajuste de contas promovido pelo STF.